

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Aldo Schneider  
Valmir Comin

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2015, de autoria do Ministério Público, que eleva e cria Promotorias de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, cargos de promotor de justiça e de assistente de promotoria de justiça, colocando cargos de promotor de justiça e de assistente de promotoria em extinção.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Trabalho e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim" e nenhum voto "não".

Acatada a manifestação do sr. deputado Valmir Comin, votando a favor do projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 32 votos "sim".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0033/2015, de autoria do Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 197, de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público) e cria cargos no Quadro de Pessoal do MPSC.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim

DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim" e nenhum voto "não".

Acatadas as manifestações dos srs. deputados Aldo Schneider e Dirceu Dresch votando a favor do projeto, ambos fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 32 votos "sim".

Temos alguns destaques apresentados ao projeto do PPA, um de autoria do deputado Antônio Aguiar e trinta e tantos destaques da bancada do PT.

Consulto os srs. líderes dos partidos se podemos discutir em bloco as matérias e depois votarmos em bloco, se eventualmente algum deputado

solicitar voto em separado, nós votaremos em separado, senão, votaremos em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, nós temos destaque na elaboração do edital em Parceria Público-Privada na construção.

Deputada Luciane Carminatti (Intervindo) - Só um pouquinho deputado. Desculpe interrompê-lo. Vamos primeiro combinar primeiro qual é o trâmite? Pode ser?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Isso. Apenas para combinarmos, deputado Antônio Aguiar.

Vamos deixar o deputado Antônio Aguiar manifestar-se primeiro porque ele tem apenas um destaque. Pode ser?

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Tudo bem!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - E depois nós discutiremos os destaques do PT, porque são vários.

Discussão e votação em destaque, em turno único, de autoria do deputado Antônio Aguiar, da Emenda n. 8 do Anexo Único ao PL n. 0354/2015, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências.

Em discussão.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - O nosso destaque, sr. presidente e srs. deputados, é em relação à elaboração do edital quanto às Parcerias Público-Privadas na construção do Hospital Estadual de Ortopedia e Traumatologia no município de Palhoça em virtude de haver o terreno do estado no município e a falta de projeto para a construção através da PPP, bem como a demanda estadual nos tratamentos ortopédicos e operações médicas.

A inclusão dessa emenda tem por objetivo sanar problemas ortopédicos do estado de Santa Catarina. Esse hospital é para o estado. É um hospital regional. Portanto, a justificativa é que hoje nós temos mais de 25 mil consultas represadas em

traumatologia ortopedia. Nós temos mais de 13 mil cirurgias que deverão ser feitas e não ocorreram, são treze mil cirurgias represadas em traumatologia ortopedia.

Nós temos no hospital infantil cirurgias atrasadas e que não poderiam atrasar. São crianças que se não fizerem a cirurgia do pé torto congênito em tempo hábil, ficarão aleijadas. Pacientes que se não fizerem a cirurgia da coluna, em tempo hábil, ficarão deficientes.

Então, como o Plano Plurianual é para quatro anos, esse é o tempo que temos para discutir essa emenda. Eu peço apoio no destaque de todos os deputados, porque é um destaque importante para a saúde do estado de Santa Catarina. Destaque esse que nós colocamos em votação sr. presidente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nada contra a apresentação da proposição do meu colega deputado Antônio Aguiar, no mérito, mas nós fizemos um acordo de que todas as reivindicações que foram apresentadas no Orçamento Regionalizado, percorrido no estado de Santa Catarina, nada mais que isso seria incluído, até porque não teria espaço.

Portanto, sr. presidente, srs. deputados, se for para cumprir o acordo que fizemos com todos os deputados que participaram das audiências do Orçamento Regionalizado, vamos encaminhar, sr. presidente, pelo projeto original, rejeitando as proposições que não foram aquelas acolhidas pelo relator lá na comissão de Finanças e Tributação, e

aprovadas naquela comissão, automaticamente vindo a Plenário.

Então, o nosso encaminhamento é "não" às proposições apresentadas aqui no Plenário.

Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, não podemos deixar atrasar o atendimento à saúde em um ano! Deputado Silvio Dreveck, os acordos que são feitos, às vezes, são honrados e têm que ser, mas essa proposição é para a saúde do estado de Santa Catarina, e temos justificativas plausíveis pela deficiência que existe.

Então, aprovar este destaque significa adiantar a saúde em um ano. Ah, vamos deixar para o ano que vem que será aprovado. Até concordo, deputado Silvio Dreveck, que no ano que vem será aprovado, mas vamos perder um ano? Não podemos, deputado Silvio Dreveck, estamos aqui para trabalhar, e acho que podemos aprovar este destaque.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu entendo a preocupação do deputado Antônio Aguiar, mas tive a honra de participar de todas as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, e se aprovarmos aqui, deputado Manoel Mota, qualquer destaque que não foi escolhido nas reuniões do Orçamento Regionalizado, estaremos, não só quebrando o acordo, mas colocando em papel menor todas as reuniões que fizemos nas regiões do estado de Santa Catarina.

Eu creio que seria interessante nós honrarmos o acordo e também as decisões, porque me lembro de que teve ações especificamente como essa de hospitais, em reuniões do Orçamento Regionalizado, presidida pelo deputado Marcos Vieira, que é o presidente da comissão de Finanças e de

Tributação, que hospitais ficaram de fora, porque naquele momento a comunidade entendeu que não era o ponto importante.

Entendo que isso, se viesse da reunião da Região Metropolitana aqui da Grande Florianópolis, já estaria incluído.

Portanto, deputado, vejo, não apenas a questão do acordo, mas qualquer outro destaque que aprovarmos aqui estaremos desrespeitando aquilo que todos nós, inclusive v.exa. passou em algumas regiões dizendo: "Aquilo que vocês decidirem aqui, nós vamos votar lá."

Portanto, entendo que neste momento vamos respeitar, e na revisão do PPA, aí sim, não teremos mais a necessidade de honrar a nossa palavra lá em Itapiranga, Canoinhas, Joinville, Tubarão, em todas as regiões que fomos fazer o Orçamento Regionalizado, colocamos isso, e lá, inclusive, falávamos uma coisa, deputado Silvio Dreveck, quando era para votar, os deputados não votavam, e dizíamos que aqui nós não votamos, porque vocês votam aqui, e nós vamos garantir lá no PPA.

Portanto, peço vênia aos deputados para que possamos recordar aquilo que falamos nas 36 audiências públicas que fizemos com lideranças em todas as cidades de Santa Catarina, que atendemos mais de quatro mil lideranças, e trouxemos para cá esses pedidos, as decisões que estão todas garantidas no PPA, e qualquer movimento diferente desse, estaremos desrespeitando todo o trabalho que foi feito pela comissão e por esta Casa.

Muito obrigado!

Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, fui o relator do PPA e cumpri com aquilo que costumeiramente, ao longo desses últimos anos temos feito: acatar todas as emendas que são oriundas do Orçamento Regionalizado.

Vou trocar em miúdos. Não é desta legislatura, mas são de legislaturas anteriores, acordo de

líderes de que todas as ações do Orçamento Regionalizado, naquelas que constitui o novo PPA, comparo o quadriênio 2016/2019, aquelas que vão constituir a Lei Orçamentária, todas aquelas ações que a sociedade civil organizada e os poderes públicos constituídos, em reunião nas audiências do Orçamento Regionalizado, todas elas, sem exceção, estão incluídas no projeto de lei, no PPA, 100%.

E vou mais além, sr. presidente, quando no final do ciclo de realização das audiências públicas, a coordenadoria do Orçamento Regionalizado, por intermédio da comissão de Finanças, encaminhou ao Poder Executivo para fazer a inclusão, já na origem, dessas ações. E aquelas que o Poder Executivo não incluiu, nós estamos incluindo por emenda do relator, que no Orçamento será um total de quatro emendas. Também no PPA um total de quatro emendas.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, todas as ações que foram escolhidas nas audiências do Orçamento Regionalizado, todas elas, 100%, estão incluídas na peça do PPA para o quadriênio 2016/2019. Sem qualquer omissão de alguma ação escolhida. Muito pelo contrário, até fizemos emenda de redação para deixar igual ao que foi aprovado nas audiências públicas.

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero primeiro reafirmar o nosso compromisso, inclusive a nossa bancada tem um grande compromisso com o debate do Orçamento Regionalizado.

Agora, isso não pode, de forma alguma, proibir o deputado de discutir os grandes temas que não vêm do Orçamento Regionalizado. Tenho ocupado a tribuna por muitas e muitas vezes, onde temos temas que não estão entrando nas demandas, nas regiões, que vêm por demanda de entidades estaduais ou de grandes políticas públicas do estado.

E mais, nós não estamos discutindo todo o Orçamento, nós estamos discutindo uma pequena parte do Orçamento do estado. E o Executivo não traz essas políticas para o Orçamento, e por isso nós estamos nos desafiando a fazer algumas emendas em algumas grandes políticas estaduais.

Por isso, nós não podemos tirar o direito dos deputados de apresentarem aqui as suas emendas, especialmente nas grandes políticas, que eu sempre falo, está vindo muito política de infraestrutura nas regiões e não estão vindo as grandes políticas sociais: de desenvolvimento, de geração de emprego e outras políticas não vêm.

Nós estamos discutindo essencialmente infraestrutura. No Orçamento, o que veio das demandas do Orçamento Regionalizado, cada região discutiu a sua estrutura, e as grandes políticas não estão vindo, e por isso nós fizemos algumas emendas que entendemos estratégicas, podendo ir além do volume de recursos que foi estipulado pelo Orçamento Regionalizado. Por isso, continuo defendendo que o papel do deputado também é aprovar Orçamento e fazer a peça orçamentária, e defendo que os parlamentares façam, sim, aqui, emendas no Orçamento.

Muito obrigado!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Está em votação o destaque do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	abstenção
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos oito votos "sim" e 23 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Vamos votar em bloco, conforme entendimento com a bancada do PT, os 37 destaques. Vamos discutir e votar em bloco.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cinco emendas dessas são da deputada Ana Paula Lima, o deputado Dirceu Dresch tem 14 destaques e eu tenho 16.

Eu proponho que cada deputado faça a sua defesa em bloco, mas que a votação seja individual.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - São 37 votações individuais, deputada, com o resultado já sabido. Vamos ser racionais, vamos fazer a discussão pelo tempo que quiser, e se tiver alguma a destacar, não tenho dificuldade para fazer, mas todas individuais nós vamos ficar aqui duas horas votando com o resultado...

Deputada Ana Paulo Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu tenho cinco destaques, sendo que duas são conjuntas, até porque uma é da saúde, outra de cães e gatos, e fica diferente, os deputados não saberão ao certo o que estão votando.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Eu farei a leitura de todos os destaques e depois votaremos em bloco, pode ser?

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas sendo que votaremos separadamente os da saúde, aqueles que se referem aos animais. Pode ser?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Então votaremos um a um.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Está bom!

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a minha sugestão é votar em bloco por deputados. A deputada Ana Paula Lima tem cinco propostas, coloca uma única votação, senão vamos votar ...

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Nós vamos facilitar, sr. presidente. Temos oito destaques

com relação à assistência social, oito emendas. Portanto, não vou destacar cada uma, mas vou falar no conjunto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Discussão e votação em destaque, de autoria da deputada Luciane Carminatti, em turno único, das Emendas Modificativas n.s: 1, 7, 18, 19, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 123 e 124 do Anexo Único ao PL n. 0354/2015, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências.

Em discussão.

Com a palavra para discutir a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Srs. deputados no total houve um acréscimo de R\$ 180 milhões na área da Assistência Social. A deputada Dirce Heiderscheidt, o deputado Ismael dos Santos e o deputado Cesar Valduga, que compõem a frente em defesa do SUAS, sabem que nós tivemos uma redução no orçamento da Assistência Social, especialmente do fundo, que é transferido fundo a fundo. O fundo estadual transfere para os fundos municipais para garantir os programas ligados ao Cras e ao Creas, tanto a rede básica da Assistência Social, como também a rede especial.

Então, nós temos a básica, média e a alta complexidade na Assistência Social. Tivemos uma redução no orçamento. Com esta emenda da Assistência Social, oito emendas no total, R\$ 180 milhões, nós procuramos recompor.

Outra emenda de nossa autoria é com relação ao contorno viário leste de Chapecó, para quem conhece, Chapecó hoje tem o contorno viário no oeste, no entanto, no leste, que ligaria desde o município de Cordilheira Alta por fora, até o distrito industrial de Chapecó, compondo um anel viário ao entorno do município de Chapecó. Esse projeto já foi elaborado há dez anos e está sendo feito e nós precisamos garantir recursos para a execução dessa obra.

Muitos prefeitos já se elegeram prometendo essa obra e ela não foi executada. Nós estamos propondo R\$ 15 milhões para que o contorno viário

leste de Chapecó tenha o seu início, o seu andamento garantido.

Também com relação ao aeroporto de Chapecó, que é um dos aeroportos do interior do país mais visitados, apenas no mês de agosto tivemos em torno de 40 mil passageiros/mês, portanto, precisamos garantir o projeto de reestruturação e de ampliação da pista, também da retirada da estação de passageiros para outro local e da construção.

Então é uma obra que afeta toda a grande região oeste. Estamos propondo R\$ 16 milhões para a construção e R\$ 8 milhões previstos no projeto do estado, compondo R\$ 24 milhões para o aeroporto de Chapecó.

Temos uma Frente Parlamentar nesta Casa, a qual, inclusive, presido junto com vários parlamentares, e a economia solidária é uma política que precisa ser estruturada. Nós temos as cooperativas, as associações, as organizações e não temos legislação e fundo que financie estes empreendimentos, muitos dos quais carecem de aporte, de recursos pela sua fragilidade.

Estamos propondo R\$ 3,4 milhões ao invés de R\$ 1 milhão previsto pelo governo do estado.

A Defensoria Pública, que também todos aqui têm acompanhado, inicialmente era de algo não tão bem-vindo, hoje os 21 núcleos da Defensoria Pública, estruturados no estado de Santa Catarina, têm feito um trabalho de garantia dos direitos da defesa da população mais carente, hipossuficiente, estamos propondo um acréscimo de R\$ 250.522 milhões, além dos R\$ 295.427 milhões para garantir que a Defensoria Pública esteja funcionando com núcleos estruturados em todas as comarcas do estado de Santa Catarina.

É importante dizer, srs. deputados que até 2022, em função da legislação federal aprovada no Congresso Nacional, todas as comarcas, portanto em torno de 111 municípios, terão que contar com a Defensoria Pública, deputado Darci de Matos, então precisamos ter um aporte de recursos.

Em resumo, sr. presidente, não vou falar de todas elas, mas nós apresentamos 16 destaques ao

orçamento, priorizando as áreas que nós atuamos mais, garantindo que nós possamos ter no Plano Plurianual um aporte de recursos prioritariamente para essas obras.

Então, quero pedir o apoio dos parlamentares, porque todos sabem que são demandas que estão batendo na porta do gabinete de cada deputado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos, por cinco minutos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, naturalmente, a competente e atuante deputada Luciane Carminatti apresenta uma série de emendas, tratando de questões da área Social, da Saúde e de outras áreas também importantes, e, no meu entendimento, se não ficar claro e evidenciado como funciona a votação, poderão dizer, daqui a pouco, no interior, que votamos contra o social, contra a Saúde e etc. Precisamos evitar isso, que seria muito ruim para o Parlamento Catarinense. Todos nós, que conhecemos um pouco da área tributária e financeira, sabemos que se você vai fazer emenda na ordem de R\$ 170 milhões para algumas áreas esse recurso será tirado de outra área.

Então, gostaria que a deputada Luciane Carminatti pudesse deixar, aqui, evidenciado e claro quais as rubricas que ficarão desfalcadas com a retirada de R\$ 170 milhões para atender essas 18 ou 20 emendas de sua autoria, para que não fique com dúvidas. Queremos que fique claro aqui de onde saem os recursos e para onde irão.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti por até um minuto.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Acho que este governo tem feito um investimento alto em propaganda e publicidade e eu entendo que a maior propaganda e a maior publicidade é a obra executada, a obra feita, o atendimento aos idosos, às pessoas com deficiências, às crianças e aos adolescentes, o enfrentamento do problema das

drogas com políticas sociais. A maior obra é o serviço sendo executado em cada município. Portanto, não estamos tirando esses recursos das obras essenciais, das políticas fins. Entendemos que é possível garantir a execução, em que pese todo o debate das audiências do Orçamento regionalizado.

Mas precisamos fazer a reflexão de que são demandas vindas pelas prefeituras, pelos gestores, pela sociedade como um todo.

Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero manifestar nesta oportunidade. Se fossem acatadas a maioria das emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores o governador teria que extinguir a secretaria de Comunicação, até porque toda a verba de publicidade do governo do estado estaria sendo destinada a essas emendas. Então, não houve a possibilidade, no que diz respeito ao acatamento. No que diz respeito à Defensoria Pública, esta está bem contemplada no PPA com R\$ 170 milhões e na LOA com R\$ 30 milhões. Então, não vejo porque do acatamento e da aprovação do destaque.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Então, vamos votar em bloco a votação das emendas da deputada Luciane Carminatti, e depois votaremos as emendas destacadas pelos outros deputados.

Não havendo mais quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação as emendas apresentadas pela deputada Luciane Carminatti.

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero fazer uma sugestão aqui, como manifestei-me por blocos de áreas, não é possível que nós, de forma mais concreta, votemos por áreas, as...

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Agora o processo já está... está sendo votado.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Mas é só cancelar. Não está concluído, podemos refazer...

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Já foi combinado em bloco por parlamentar.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Parlamentar por área, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Área v.exa. está falando agora. Nós falamos em bloco.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu falei... cada parlamentar... eu fiz apresentação de oito emendas da assistência.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Consulto os líderes.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a minha sugestão foi de votarmos por parlamentar.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Está acatado.

O srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não

DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 33 deputados.

Temos 27 votos "não" e seis "sim", rejeitadas as emendas em destaque da deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Discussão e votação em destaque, em turno único, de autoria do deputado Dirceu Dresch, das Emendas n.s:58, 59, 60, 63, 67, 69, 71, 73, 74, 76, 80, 81, 89, 88, 87, 90 e 95 do Anexo Único ao PL n. 0354/2015, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências.

Em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, para discutir.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, já fiz a minha fala antes da importância do debate do orçamento e dos grandes temas. Fiz uma avaliação da peça orçamentária apresentada pelo relator,

deputado Marcos Vieira, e já via antes de que alguns grandes temas relacionados, principalmente, a políticas para a agricultura familiar não estavam contempladas. Lamentavelmente, como a criação de programas de cisternas, política estadual de segurança alimentar nutricional, um tema muito debatido, hoje, por entidades como o Consea, Conselho de Segurança Alimentar, políticas estaduais, como incentivo à produção de leite, um tema debatido por vários parlamentares nesta Casa - e não vimos um item no orçamento que apoie essa iniciativa - e também um tema que preocupa bastante a sociedade catarinense, que é o apoio às cooperativas de agricultores familiares e às agroindústrias familiares, uma política de incentivo a esses setores. E nós apresentamos aqui uma proposta que contemplem com R\$ 1 milhão para esse apoio às cooperativas.

Além disso, outro tema que não veio no Orçamento Regionalizado, é o tema da agroecologia. Um incentivo à produção agroecológica e orgânica para termos um produto de qualidade.

Outro tema que nós trouxemos em bloco apresentando é o tema da política de compras da agricultura familiar. O PAA estadual, Programa de Aquisição de Alimentos saudáveis da agricultura familiar, inclusive para fortalecimento para as nossas escolas públicas estaduais.

Então, é desses temas relacionados à Agricultura Familiar que eu falo. E o outro tema é sobre o incentivo à política estadual de energias renováveis, sendo que há vários projetos aqui tramitando sobre esse tipo de energia, pois o estado precisa ter uma política para esse setor da microgeração da energia renovável.

Portanto, precisamos construir uma política estadual para a qualidade de energia no meio rural, porque grande parte de nossas comunidades, hoje, estão pedindo energia trifásica e nós não temos um programa estadual nessa perspectiva.

Outro tema é o das moradias. Nos últimos anos o estado não tem mais nenhuma política do orçamento para construção de casas populares. Os municípios, as comunidades, as organizações pedem

muito a política de construção de casas, que infelizmente esquecido pelo nosso estado.

Então, esses são os temas e o da vigilância sanitária é pelo fortalecimento da fiscalização das nossas fronteiras, que está muito fraca, colocando em risco inclusive a nossa qualidade da vigilância de nosso estado.

Também, a exemplo da deputada Luciane Carminatti, o fortalecimento da Defensoria Pública, já citado, mas nós precisamos aqui fortalecer ainda mais.

E por último, o tema da política de imigração, sendo que aqui em Santa Catarina nós temos um fórum criado que debate essa questão, mas nós precisamos construir um centro de referência para colher os nossos imigrantes, pois esse tema vem batendo na porta do nosso estado. E, infelizmente, hoje as nossas organizações estão fazendo isso quando deveria ser feito pelo estado. E quero dizer aqui que isso não está no orçamento para os próximos quatro anos.

Assim, levanto esses temas e digo novamente que são em torno de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões que nós estamos apresentando aqui, pois entendemos que podem ser tirados recursos, sim, que é o excesso de gasto do estado com publicidades e não faz as políticas sociais. É isso que nós estamos reforçando aqui o pedido.

Na verdade, sr. presidente, eu estou apresentando aqui em quatro blocos essas minhas emendas e gostaria que elas fossem votadas em quatro blocos diferenciados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Já ficou combinado que vai ser em uma única votação de todos os destaques apresentados por v.exa.

Mas antes de iniciarmos a votação, em nome da Presidência, gostaria de cumprimentar todos os senhores vereadores que estão assistindo esta sessão e que farão parte do congresso da Uvesc. Sejam bem-vindos e sintam-se em casa aqui na Casa do Povo de Santa Catarina.

Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação os destaques do deputado Dirceu Dresch.

Solicito à assessoria que abra o painel e nós votaremos em um único bloco todos os destaques apresentados pelo eminente deputado Dirceu Dresch.

Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a formatação do projeto de lei que nós estamos votando, ele foi feito um grande levantamento em Santa Catarina pela secretaria de estado da Fazenda. Foram levantadas todas as demandas junto à sociedade e depois a Assembleia dessa demanda que foi coletada pela referida secretaria, realizou as audiências do orçamento regionalizado.

Então, tudo que é possível de demanda em Santa Catarina já está colocado no novo PPA para o quadriênio 2016/2019, razão pela qual as emendas foram rejeitadas e o encaminhamento de voto é dois.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas para reafirmar a manifestação do deputado Marcos Vieira, relator, que o nosso encaminhamento é pelo voto dois.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) -

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não

DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 27 votos "não" e cinco votos "sim".

Acatada a manifestação da sra. deputada Ana Paula Lima votando a favor das emendas fora do sistema eletrônico de votação, totalizando seis votos "sim".

Estão rejeitados os destaques apresentados pelo eminente deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Passaremos agora à apreciação das emendas destacadas pela deputada Ana Paula Lima.

Discussão e votação, em turno único, de autoria da deputada Ana Paula Lima, das Emendas n.s: 5, 16, 17, 20 e 23 do Anexo Único ao PL n. 0354/2015, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências.

Em discussão.

Com a palavra, para discutir os seus destaques apresentados, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Vamos insistir novamente, sr. presidente! Aqui no Parlamento a nossa maior arma é a fala em defesa dos interesses da sociedade. E quando se fala do Orçamento Regionalizado, não conseguimos oportunizar para toda a população do estado de Santa Catarina. Fazer este debate e trazer as reivindicações, tanto é que as grandes discussões do Orçamento Regionalizado foram em obras e em infraestruturas. Não estamos falando obras de concreto e cimento, aqui estamos fazendo a defesa de obras humanas, de independência que trabalha com as pessoas.

Por isso, que os nossos destaques que aqui dividimos em quatro blocos, sr. presidente, são bem diferenciados. O primeiro, são as emendas cinco a 16, que visa a instituir a política estadual de humanização do parto. E a emenda 16, visa à consolidação da Rede Cegonha no estado de Santa Catarina, que é a construção de casas de partos e que consta no planejamento da secretaria de estado de Saúde.

A comissão de Saúde desta Casa, este ano, realizou o 1º Congresso de Parto Humanizado, e nesse congresso, tivemos grandes debates com homens, mulheres e principalmente com as mulheres gestantes, mas precisamos avançar muito nessa área para reduzirmos o número de cesarianas no nosso estado e se é necessária a cesariana, como parto normal, seja de forma humanizada, e é fundamental fazer investimentos nessa área.

O nascimento de uma criança requer a humanização na hora que essa criança vem ao mundo.

Por isso que nós fizemos esta emenda para que seja construída no estado de Santa Catarina, por meio deste grande projeto que é a Rede Cegonha, casas de parto.

A outra emenda que diz respeito também à área da mulher, e aprovamos uma lei nesta Casa para implantar o observatório da violência contra a mulher na construção de um banco de dados que possibilite a orientação de políticas públicas para as mulheres. Sabemos que o tema aqui no estado de Santa Catarina é muito grave no que diz à violência.

No nosso estado vários municípios constam como mapa de violência, e são dados alarmantes. As mulheres estão sendo assassinadas, agredidas diariamente, e nós precisamos implementar recursos nessa área para garantir políticas para acabar com a violência contra a mulher.

A outra emenda que faço está relacionada à área de infraestrutura, que tem como objetivo viabilizar um estudo para a construção da travessia no rio Itajaí-Açu, entre os municípios de Itajaí e Navegantes, que é uma dívida histórica para esses dois municípios e outros municípios circunvizinhos, são cidades polos que têm porto e são polos econômicos no estado de Santa Catarina.

Hoje a travessia é realizada por balsa, e o custo da passagem tem aumentado significativamente não só para o pedestre, mas principalmente para carros, motocicletas e bicicletas. E esta emenda propõe que o estado faça um estudo de viabilidade de construção de uma ponte, de um túnel que garanta o direito de ir e vir aos cidadãos tanto entre o município de Itajaí e Navegantes.

A próxima emenda, sr. presidente, visa a garantir uma lei que aprovamos no 2006 nesta Casa, e que precisa ser implementada para garantir o controle populacional de cães e gatos com a realização de castração e campanhas educativas sobre a propriedade e a responsabilidade de animais.

Estamos vivendo, em vários municípios, um grande número de animais abandonados, e o controle habitacional é um debate que fizemos,

principalmente com essas entidades protetoras de animais. Essa lei foi aprovada há nove anos, e precisamos tirá-la do papel.

Por isso, fizemos uma emenda para que seja portado recurso aos municípios e entidades protetoras de animais para que realizem a caça tanto de cães quanto de gatos. E volto a afirmar, srs. deputados, sras. deputadas, que é, sim, um tema de saúde pública e merece atenção de todos os parlamentares.

Então, é isso que temos a contribuir para o orçamento do estado de Santa Catarina. Nada mais justo que cada parlamentar faça as suas reivindicações e, tenho certeza de que no Plano Plurianual esses destaques podem ser apresentados e votados.

Por isso, peço voto um que é o voto "sim".

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Estão em votação os destaques da deputada Ana Paula Lima.

Deputado Sivio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Voto dois, voto "não", sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos quatro votos "sim" e 25 votos "não".

Acatados os votos "não" do deputado Manoel Mota e Valmir Comin. Sendo assim, totalizam 27 votos "não".

Estão rejeitados os destaques da deputada Ana Paula Lima.

Vamos votar o PPA. Vamos votar no painel.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0354/2015, de origem governamental, que institui o

Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências.

Em discussão.

O painel ficará aberto. Quem quiser ir discutindo a matéria vai discutindo. O Deputado Fernando Coruja vai ter a condição de discutir o PPA, mas o painel ficará aberto para quem quiser ir votando.

Com a palavra, o sr. deputado Fernando Coruja, para discutir o PPA.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, nós estamos votando uma das três peças orçamentárias que a Constituição prevê, que é o PPA.

É uma previsão da LDO, o PPA que se vota no primeiro ano de um governo para os próximos quatro, e a Lei Orçamentária.

E aqui nós temos algumas discussões, sobre a questão de apresentação de emendas por parte dos parlamentares, sobre a questão do chamado Orçamento Regionalizado, e agora sobre o PPA em si.

Eu percebo que PPA, no Brasil, de forma geral, tanto o nosso, em Santa Catarina, como dos municípios, do governo da União, é uma espécie de falácia, de mentira.

Apesar de a Constituição dizer que não pode iniciar projetos que não estejam no Orçamento, e isto pode ser, evidentemente, cobrado, é mais cobrado na LDO e na Lei Orçamentária, nós não temos o PPA como verdadeiro projeto no Brasil, de planejamento do futuro. Eu vejo que principalmente em Santa Catarina, o PPA não é diferente.

Aí nós vemos duas questões aqui, a primeira é se os parlamentares podem apresentar emendas. Ora senhores, como é que o parlamentar não vai poder apresentar emenda ao Orçamento! Isso tem uma prerrogativa, é uma das situações onde você tem o principal do seu papel, que é discutir Orçamento.

Agora, claro, da forma que é feita, de que se faz o Orçamento, aqui diz o eminente relator Marcos Vieira que não acata nenhuma emenda, então sobra a apresentação de um faz de conta. Apresentar as emendas para um pequeno debate, para dizer que apresentou.

Mesmo as emendas do Orçamento Regionalizado, e queria até pedir, está aqui o presidente Deputado Aldo Schneider, é preciso que esta Casa faça uma reflexão do que está acontecendo com as emendas regionalizadas.

Eu recebi, pelo menos, uma dissertação de mestrado, que vou ler, e um trabalho de pós-graduação de um estudante de uma universidade de Santa Catarina, quero olhar com calma, que fez um levantamento e disse que o Orçamento Regionalizado é uma farsa. Aquilo que é efetivado daquilo que é apresentado lá.

Então, nós precisamos, realmente, ver se aquilo que nós estamos fazendo está funcionando. É muito bom enaltecer a participação popular, e tem que ter a participação popular, evidente que tem que ter. Agora, será que tem sido eficaz a forma que temos feito o Orçamento Regionalizado? Será que tem funcionado? As obras têm sido feitas? Está sendo exercitado?

É preciso refletir sobre isso, porque senão corremos o seguinte risco, nem o PPA, nós ficamos aqui debatendo para nada, apresentamos emenda que não tem emenda, a região faz uma emenda que não funciona, acaba sendo um faz de conta. E um faz de conta é cada vez mais perigoso no Brasil.

Vejam o que está acontecendo, há uma descrença na classe política, e isso vai avançar, esta crise que está aí, está claro que vai avançar. E se nós não começarmos a aperfeiçoar estes mecanismos, que devem ser feitos, só fazermos um faz de conta para cumprir a constituição, cumprir a lei, mas não cumprimos, a coisa vai piorar. Já está ruim! A descrença nos políticos está grande.

Então entendo que é preciso aperfeiçoar isso, e preciso aperfeiçoar os mecanismos debaixo do PPA. É preciso encontrar formas para dizer qual é o limite que cada parlamentar tem para apresentar as emendas, evidentemente, não pode um parlamentar apresentar emendas de R\$ 200 milhões e outros tantos. Quer dizer, é preciso encontrar mecanismos que passam, qual é o limite que se possa fazer isso, mas que nós precisamos debater as prioridades do estado. É preciso verificar sob o

risco de um descrédito muito grande, de cada vez mais avançar, se há sinais no ar de que esse Orçamento Regionalizado é quase um faz de conta. Estou dizendo, há um sinal, recebi uma dissertação de mestrado, recebi lá um trabalho de pós-graduação. Vejo, assim, olhando de longe, me parece que não está funcionando.

Peço até que a Casa preste atenção nisso, que a Mesa Diretora verifique se isso está acontecendo, porque senão, debater, fazer Orçamento Regionalizado, debater aqui apenas para um faz de conta, não serve a mim, não serve à sociedade e não deve servir a ninguém.

De qualquer forma, em função do que está colocado aí, fiz algumas emendas do orçamento, que foram rejeitadas, mas vou dar num crédito para o governo que mandou essa Peça Orçamentária e um crédito ao Orçamento Regionalizado que nós fizemos e vou votar a favor do PPA, voto "um".

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, para discutir, o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas aqui presentes, ao público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, vereadores e vereadoras que estão aqui e que vão participar do congresso, aos colegas de imprensa. Estava ouvindo o que o deputado Fernando Coruja estava falando e talvez é preciso fazer um histórico aqui com relação a essa peça tão importante, talvez uma das leis mais importantes que esta Casa fez, antecedendo muito a realidade quando foi feito. Ele foi feito em 1994, pelo então deputado Carlito Merss, do PT, que instituiu na Constituição o Orçamento Regionalizado.

Eu entrei aqui nessa Casa em 2007 e neste ano e em 2008, 2009 e 2010, eu rodei esse estado com as audiências do Orçamento Regionalizado e naquela época a grande bandeira que nós do Partido Progressista defendíamos era a obrigatoriedade que tivesse essas emendas com o Orçamento Impositivo. Isso evoluiu ao ponto de nós termos, hoje, no Congresso Nacional, e passa para cá, só faltando regulamentar a questão do Orçamento Impositivo.

Este ano, eu quero aqui fazer uma justa homenagem e uma referência diferenciada, se poderia dizer ao deputado Marcos Vieira, presidente da comissão de Finanças e de Tributação, que comandou junto com a comissão, pilotou toda essa movimentação deste Parlamento, neste ano, com as audiências do orçamento Regionalizado. Foram 35 audiências, foram quase quatro mil pessoas que participaram e que votaram nessas audiências, atingindo os 295 municípios e o que nós observamos foi que houve, sim, deputado Fernando Coruja, uma evolução muito grande. Talvez essa dissertação que v.exa recebeu fora de um tempo atrás, porque se v.exa tivesse acompanhado as audiências públicas do Orçamento Regionalizado poderia ver que em cada uma delas foi apresentada, pela própria secretaria da Fazenda, a execução das obras do orçamento passado. E em média, deputado Mauro de Nadal, v.exa., que participou de muitas audiências, em média, observamos que chegava até 80% de realização daquilo que estava no orçamento do passado. Ou seja, o governo começa a respeitar esse pedido que vem da população e o trabalho que esta garantido na nossa Constituição e que passa por esta Casa.

E na audiência de Ituporanga houve algo muito interessante, porque o prefeito de uma cidade bem pequena ali perto, menor que Ituporanga, trouxe dois ônibus com moradores. E, na hora da escolha do que seria prioridade ou não, dava-se o poder às pessoas que estavam presentes na sessão de levantar a mão, e eram contados os votos. E Ituporanga perdeu todas as votações para a cidade em que o prefeito trouxe dois ônibus com moradores. O prefeito de Ituporanga porque o município era sede da secretaria de Desenvolvimento regional e as demandas de Ituporanga não foram atendidas. E aí disse ao prefeito para da próxima vez mobilizar as peças para virem à audiência também. Acho que esse é o grande enfoque que devemos dar.

Para encerrar quero mais uma vez parabenizar o relator, deputado Marcos Vieira, e dizer que há um sentimento dos parlamentares com relação ao fato

vergonhoso que aconteceu na reunião conjunta de Finanças e de Trabalho, quando v.exa. foi atingido por um ovo, que pegou também no deputado Serafim Venzon que estava ao lado.

Tenho certeza de que esse sentimento por parte dos parlamentares é em defesa e solidariedade a v.exa., que, no querer fazer com que a reunião da comissão fosse em frente, foi atingido por aquele ovo. Quero dizer que v.exa. tem apoio e não vamos mais aceitar mais esse tipo de ação neste parlamento. Estamos trabalhando e queremos ser respeitados.

Então, trago esse sentimento e quero parabeniza-lo pelo trabalho que fez.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Corroboro plenamente, também em nome desta Presidência, com suas palavras por este fato lastimável ocorrido na última terça-feira.

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero registrar a presença do prefeito Geraldino Cardoso e do vereador Mabone, de São Lourenço do Oeste; dos vereadores do PMDB de Chapecó, o Aristides Fidelis e o Dino Delarosa. Em seus nomes, quero cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras que estão aqui para a abertura do Congresso da Uvesc que acontece a partir de hoje nesta Casa.

Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero saudar, como ex-presidente da Uvesc, da mesma forma, saudar a todos os vereadores. Quero fazer uma saudação ao meu amigo, vereador Vaid, de Romelândia; o vereador Norberto, o vereador Bicudo, de Trombudo Central, e tantos outros.

Quero parabenizar os membros da comissão de Finanças e solidarizar-me com os deputados Marco Vieira e Serafim Venzon, lamentando as agressões de que foram vítimas nesta Casa.

Deputado Julio Ronconi - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Quero parabenizar e dar as boas-vindas a todos os vereadores pelo evento da Uvesc. Também gostaria de me solidarizar com o deputado Marcos vieira e o deputado Serafim Venzon, e o que aconteceu me deixou muito chateado. Uma coisa é você brigar pelo seu direito, outra coisa é partir para a agressão, como aconteceu. Infelizmente, não conseguimos nem discutir os demais projetos. Então, quero dizer que o sindicalismo deve ser discutido de forma séria, correta com um debate honesto sem violência, seja de que lado for. Assim, solidarizo-me com os deputados e com os prefeitos e vereadores que aqui estão presentes, saudando o prefeito José Chaves de Garuva, do PSD, que também se faz presente nesta Casa.

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, inscrevi-me para falar sobre o PPA, mas como vários deputados levantaram o episódio que ocorreu, na semana passada, quero também me solidarizar com o presidente Marcos Vieira e o presidente Serafim Venzon. Não concordo com esse tipo de atitude. Mas quero pedir para que os deputados peçam para o governador não mandar esses projetos para cá dessa forma, porque isso, com certeza, traz um grande constrangimento para esta Casa e para estes deputados que estão aqui.

Quero fazer um apelo para o governador Raimundo Colombo, porque é sempre em todo final de ano a mesma história. Mandar projetos para cá, dessa natureza, no afogadilho, goela abaixo, neste Parlamento. Isso cria, sim, animosidade entre os

nossos trabalhadores e servidores públicos estaduais. Eu não concordo, reafirmo novamente, com esse tipo de atitude agora vão trazer aqui para dentro situações que poderiam ser resolvidas do lado de lá. E aí o Parlamento apanha com isso e se torna um espaço de guerra, não de diálogo. Então, que somente deixar o meu repúdio aqui sobre essas atitudes que, infelizmente, o executivo toma que não foi o primeiro ano, aconteceu já em outros momentos.

Segundo, quero falar sobre as emendas e quero reforçar a nossa posição, da nossa bancada, posição do ex-deputado Carlito Merss e tantas outras lideranças, do nosso partido, que sempre lutaram pela democracia, pela participação da sociedade, na composição da peça orçamentária com participação da sociedade. Agora é nítido, claro, que nós já em muitos momentos questionamos a forma do orçamento regionalizado, a pouca participação de setores à sociedade catarinense. Porque, normalmente, quem tem participado ativamente do orçamento regionalizado são os prefeitos, os vereadores, as secretarias regionais, não temos visto a participação de grandes setores importantes da sociedade catarinense, por isso não dá para tirar o direito também do parlamentar. Soe isso quero discutir para o futuro de apresentar emendas em grandes políticas que atingem o conjunto da sociedade catarinense. Infelizmente, o executivo está de costas. E mais, não estamos aqui discutindo o conjunto do orçamento, estamos discutindo uma pequena parte no orçamento regionalizado. Grande parte do orçamento do estado nós não estamos discutindo no orçamento regionalizado e por isso eu defendo de que precisamos, sim, discutir nesta Casa, discutir a possibilidade dos deputados fazerem emenda. Isso já foi discutido aqui. Foi debatido aqui orçamento impositivo, porque o que se define nas regiões, depois não é aplicado. Eu tenho dados de que em várias regiões não temos aplicação de 30% do que foi discutido lá, então há um desrespeito há boa parte das regiões que se organizam e discutem o orçamento regionalizado. Por isso mesmo,

apresentei emenda na área do apoio à agroecologia, um tema que o estado não discute; produção orgânica, não tem nenhum programa sobre isso. Nós temos a criação do programa catarinense de aquisição de alimentos. Nós temos a construção de moradias. E o estado, infelizmente, não veio às regiões, não veio ao orçamento do estado. Então, é isso. Essa é a grande tese, que nós concordamos com a fala do deputado Fernando Coruja de que precisamos discutir isso, sim, para que os senhores deputados possam de fato participar mais aqui também. No orçamento regionalizado uma parte se discute lá e uma parte se discute neste Parlamento.

Era isso, sr. presidente, reafirmar minha posição. Todos os anos venho debatendo isso na perspectiva das grandes políticas estaduais que não estão na peça orçamentária, inclusive para os próximos quatro anos isso é bastante preocupante.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Primeiro para registrar aqui, nesta Casa, a presença do presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul, Edimar Geraldo Salomon. Seja bem-vindo!

Gostaria de pedir a v. exa. para abrir a contagem de votos, porque todos já votaram para vermos quantos votos contra e a favor que teremos.

Deputado Julio Ronconi - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Quero saudar o presidente da Câmara de São Bento do Sul, pessoa maravilhosa, que tem ajudado muito não somente a sua cidade, mas assim como toda a região. Seja bem-vindo!

Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Para finalizar, quero agradecer a ação de todos os servidores da comissão de Finanças e Tributação e também os demais servidores da Assembleia Legislativa, assim como os servidores da coordenadoria do Orçamento Regionalizado por terem se empenhado não somente na tramitação na LDO, que já está aprovada e sancionada, agora também na tramitação do PPA, para o quadriênio de 2016, 2019 e que também colaborando na tramitação da LOA, Lei Orçamentária para 2016.

Mas, também, sobretudo quero agradecer a todas aquelas pessoas que se empenharam para o sucesso das audiências públicas regionalizadas que foram feitas com muito público presente, os quais retornavam a elas, tendo em vista agora a credibilidade que voltou a ter as audiências do orçamento regionalizado, que foi fruto de um apoio e de um acordo de líderes, todas as ações lá escolhidas são incluídas no LDO, no PPA e na LOA.

Então, sr. presidente, agradecer à solidariedade dos srs. deputados em razão do ocorrido na quarta-feira da semana passada. Hoje pela manhã ainda tivemos mais um dia tenso aqui na Casa, quando a CCJ presidida pelo deputado Mauro de Nadal também teve fortes manifestações. E algumas medidas estão sendo tomadas.

O que nós desejamos, sr. presidente, é muito cautela e que todos tenham celeridade ao manifestar em favor de um pleito é legítimo, agressão não.

Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

A questão do PPA, deputado Serafim Venzon, praticamente nós encerramos com a manifestação do relator, mas concedo um minuto a v.exa.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente. Eu queria saudar todos os deputados da comissão de Finanças e Tributação que tem por presidente o deputado Marcos Vieira, que soube

ouvir as propostas dos deputados, mas principalmente as apresentadas nas regionais.

Também, quero saudar os prefeitos que acompanham os nossos trabalhos, como o de Armazém, sr. Jaime Wensig, e do prefeito de Garuva, sr. José Chaves, bem como dos vereadores que nos visitam, como o vereador Edson Felisbino, de Armazém.

Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Apenas quero saudar os vereadores que vêm no congresso da Uvesc.

Mas também tecer um comentário do PPA, sendo que eu participei de 14 audiências públicas no estado de Santa Catarina e de importância, ou seja, foi uma forma, sem dúvida nenhuma, da transparência e a oportunidade para a população catarinense e até aqui parabenizar sua iniciativa por comandar as audiências do PPA, a importância da população participar, sugerir, ideias sobre orçamento impositivo de R\$ 24,8 bilhões, sendo que um por cento.

Ao mesmo tempo, temos que registrar o trabalho importante trabalho que os servidores, desta Casa, fizeram, acompanhando o trabalho, a imprensa deu toda uma transparência em publicidade. Assim, saudar a comissão que conduziu esse processo em todo o estado de Santa Catarina e que é louvável essa iniciativa do governo do estado de propor com transparência e lisura a oportunidade da sociedade catarinense participar desse importante momento.

Muito obrigado!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação do PL n. 0354/2015, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016/2019 e estabelece outras providências.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim" e um voto "não".

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.189/2015, 1.190/2015, 1.191/2015 e 1.192/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 1.193/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.194/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.195/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 1.196/2015, 1.197/2015 e 1.198/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.199/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.200/2015 e 1.201/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.202/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 1.203/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro.

Também comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0880/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0881/2015 e 0882/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0883/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0884/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; e 0885/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Critica a atual situação política, econômica e de saúde pública do Brasil, referindo-se à epidemia do zika vírus, que provoca a microcefalia.

Registra que a Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz - detectou uma relação entre a microcefalia e o zika vírus, notificando a Organização Mundial de Saúde para dar explicação sobre o que está acontecendo, e salienta que a criança portadora do vírus nasce com cabeça pequena e se expõe a graves sequelas, Faz um alerta às lideranças, às autoridades sanitárias do estado para evitar um mal maior, admitindo que o país fique à mercê da inoperância.

DEPUTADO JULIO RONCONI (Orador) - Fala do projeto de lei que está protocolando na Assembleia Legislativa que estabelece normas gerais para negociação coletiva na Administração Pública Direta e Indireta, nas Autarquias, Fundações Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público do estado de Santa Catarina. Entende que, quando falta regulamentação por parte do governo federal, os governos dos estados poderiam, e podem, sim, conforme amplamente justificado, fazer a sua regulamentação em relação às normas gerais de negociação coletiva nas administrações públicas.

Ressalta que a regulamentação vai ajudar os usuários do serviço público que, ao buscarem atendimento, encontram os servidores em greves intermináveis, justamente porque não há regulamentação em relação às normas gerais de negociação coletiva.

Faz convite para que visitem a cidade de Rio Negrinho, no Natal Encantado, cujo projeto oferece decoração maravilhosa, povo acolhedor e atrações culturais. Agradece a todos os servidores pela colaboração durante os sessentas dias em que esteve na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Alerta para a queda do teto para financiamento de imóveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

Anunciou que as regiões consideradas como metropolitanas serão reclassificadas, em Xanxerê, que tem 47 mil habitantes, o teto hoje é de R\$ 145 mil por imóvel, mas como Xanxerê pertence à região Metropolitana de Chapecó, com a reclassificação, o teto vai baixar para R\$ 100 mil, ocorrendo assim com vários municípios deixando a população insegura. Conclui que essas medidas do governo prejudicam demasiadamente os municípios, população e empresários de Santa Catarina.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a sessão convocando outra,

especial, para a presente data, às 19h, em comemoração aos 15 anos da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira.